

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE GASPAR - SC

Ref. Concorrência Pública nº 01/20117
Processo Administrativo nº 053/2017

14:30h.
23/06/17.

Prefeitura Municipal de Gaspar
Elizabeth Otiquir
Matricula 6773

FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório acima indicado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo apresentado por **DMPA COMUNICAÇÕES LTDA**, pelos fatos e fundamentos a seguir esclarecidos.

I. SÍNTESE FÁTICA

1. Questionamento 10 citado no recurso refere-se apenas a numeração, e os nossos anexos estão numerados. O questionamento 22 orienta que as peças encadernadas ou soltas, e na sequência da ideia criativa, fica a critério da licitante.
2. Conforme questionamento 22, fica a critério da licitante apresentar as peças em pranchas ou junto a proposta.

II. DO DIREITO

3. Ainda que, por hipótese, procedesse alguma das "irregularidades" alegadas pela Recorrente, o que impera diante de eventuais defeitos irrelevantes em propostas de licitações é o princípio do Direito Administrativo que traduz a principal finalidade da licitação: a seleção da proposta mais vantajosa à administração.

4. Quanto à Finalidade da Licitação Pública, dispõe o art. 3º, da Lei 8.666/93:

2.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

5. Conforme ensina MEIRELLES¹, "*a orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis*".

6. O professor MARÇAL JUSTEN FILHO, por sua vez, confirmando que *a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública*, completa²:

Não se pretende negar que a isonomia é valor essencial, norteador da licitação. Mas é necessário, assegurando tratamento idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. **Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o "princípio da isonomia" imporia tratamento de extremo rigor.** A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando-se o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes.

7. Ora, se não é possível excluir propostas "potencialmente satisfatórias" apenas por apresentarem defeitos irrelevantes, o que se pode dizer sobre a hipotética exclusão da proposta mais vantajosa diante da tentativa da Recorrente de fazer prevalecer um rigor irracional no certame?

8. Além disso, não há, no caso, qualquer mitigação do princípio da isonomia, pois foi despendido no certame o mesmo tratamento a todos os participantes. Nenhum concorrente foi inabilitado pelos motivos agora alegados pela Recorrente.

9. O Tribunal de Contas da União – TCU já determinou expressamente a mitigação do rigor formal em benefício do Princípio da Finalidade, conforme esclarece na decisão parcialmente transcrita abaixo:

[...] as normas disciplinadoras da licitação **devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa** entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

¹MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1992. p. 266.

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004. p. 49.

Administração, a finalidade e a segurança da contratação. [...] - Grifado
(Brasil, Tribunal de Contas da União - TCU, Representação TC-024.635/2006-3, sessão 14/03/2007, Dou 16/03/2007, p. 3)

10. Ou seja, a interpretação das normas disciplinadoras da licitação (principalmente os comandos editalícios) devem ser sempre interpretadas em favor da ampliação da competição, jamais em favor da eliminação de concorrentes, como pretende a Recorrente.

11. Ainda quanto à desclassificação de propostas em licitações, transcreve-se abaixo ementa de acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU:

A desclassificação de elevado número de licitantes em razão de critério pouco relevante é medida de excessivo rigor formal, **que fere o princípio da razoabilidade e restringe o caráter competitivo da licitação.** - Grifado
Acórdão 604/2009 Plenário (Sumário)

12. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça - STJ:

O princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", (...) buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em um conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração" - Grifado
(STJ, MS 5418/DF, Rel.Min. Demócrito Reinaldo. DJ 01/06/98)

13. Ou seja, de fato, **não há defeito algum na proposta** da empresa classificada em primeiro lugar, como já esclarecido no detalhamento fático acima. Todos os requisitos editalícios e legais foram devidamente cumpridos. Ainda que, por hipótese, porém, existissem irregularidade menores, não seria o caso de desclassificação da proposta.

III. DO PEDIDO

14. Ante o exposto, o que se requer é que não sejam acatados os argumentos da Recorrente e, assim, seja mantido o julgamento de propostas ora recorrido, por representar correção em justiça entre as propostas apresentadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Blumenau, 21 de junho de 2017.


FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

80 069 289/0001-34

FREE REICHERT
COMUNICAÇÃO LTDA
ALAMEDA RIO BRANCO, 14 - CONJ. 405
CENTRO - CEP 89010-300

BLUMENAU - SC